

DESEMPENHO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Diogo da Silva Corrêa (PPGDR/FACCAT), dscorrea83@gmail.com

Carlos Fernando Jung (PPGDR/FACCAT), carlosfernandojung@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão sistemática que teve por finalidade analisar as contribuições das publicações científicas acerca do “Terceiro Setor”, mais especificamente sobre as variáveis e implicações da mensuração de resultados das entidades que o compõem. Para tanto, foram selecionadas 30 publicações nas bases Periódicos CAPES, Directory of Open Access Journals (DOAJ), VOLUNTAS: Revista Internacional de Organizações Voluntárias e Sem Fins Lucrativo, Revista de estudos e pesquisas avançadas do Terceiro Setor e Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL). O estudo mostrou que há um crescente interesse a respeito das formas de mensuração de desempenho das entidades pertencentes ao Terceiro Setor, considerando o número de publicações acentuado nos últimos dez anos. Além disso, foi constatada uma tendência das pesquisas abordarem a avaliação dessas organizações como um processo objetivo com características funcionalistas, havendo um campo de pesquisa a ser explorado no que se refere às influências no desenvolvimento social a partir dessas intervenções na sociedade, com foco nos aspectos subjetivos.

Palavras chave: Terceiro Setor, avaliação de desempenho, revisão sistemática.

PERFORMANCE OF THIRD SECTOR ENTITIES: SYSTEMATIC REVIEW

Abstract: This paper presents a systematic review that aimed to analyze the contributions of scientific publications about the “Third Sector”, more specifically on the variables and implications of the measurement results of the entities that compose it. Therefore, 30 publications were selected from the CAPES Periodicals Database, Directory of Open Access Journals (DOAJ), VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Non-Profit Organizations, Journal of Advanced Sector Studies and Research, and Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL). The study showed that there is a growing interest regarding the forms of performance measurement of entities belonging to the Third Sector, considering the number of publications accentuated in the last ten years. In addition, a tendency of research was found to approach the evaluation of these organizations as an objective process with functionalist characteristics, with a field of research to be explored regarding the influences on social development from these interventions in society, focusing on subjective aspects.

Key-words: Third Sector, performance appraisal, systematic review

1. Introdução

As Organizações do Terceiro Setor encontram espaço em nações independentemente do nível de desenvolvimento ou efetivação democrática, onde elas vão se adaptando e assumindo diferentes papéis conforme o contexto social, político e ambiental (HUDSON, 1999).

Para Silva (2018) o Terceiro Setor é um dos pilares que sustenta a sociedade moderna, uma vez que estão presentes em diversas áreas, como assistência social, saúde, meio ambiente, educação, cultura, esportes, pesquisas, entre outras. Tenório (2004) enfatiza a alteração de posição passiva da sociedade civil para uma de maior interação como ator dentro do processo democrático, participando com os demais setores da formulação da gestão social plural.

O percentual de participação das entidades sem fins lucrativos no total de pessoal ocupado, em 2016 representou 7,2%, tendo como principal empregador os serviços de saúde, onde foram criados 164,6 mil novos postos de trabalho. Além disso, segundo estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, cerca de 7,4 milhões de pessoas realizaram trabalho voluntário em 2017 (4,4% da população de 14 anos ou mais de idade). (IBGE, 2017).

Segundo Caetano (2006), fatores como esse exigem das entidades sem fins lucrativos prova de seus resultados (pressão dos investidores e Estado) como diferencial na concorrência entre entidades e no enfrentamento das oscilações econômicas. Conforme Roche (2002), a combinação desses fatores pode gerar um vácuo entre a missão e os resultados sociais efetivos.

Dessa forma, estudar como a academia vem tratando a temática da avaliação de desempenho é de extrema importância para o entendimento da complexa relação entre políticas públicas e o setor privado sem fins lucrativos.

O artigo apresenta a seguinte estrutura: a seção 2 mostra os procedimentos metodológicos, a seção 3 a revisão da literatura, e a seção 4 conclui o estudo.

2. Procedimentos metodológicos

Conforme Prodanov (2013) a revisão de literatura tem papel fundamental para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, uma vez que proporciona uma contextualização do assunto em tela dentro de uma área mais ampla de estudos, apontando aspectos já abordados e possíveis lacunas existentes. Gil (2007) reforça essa importância indicando que o aprimoramento das ideias e as intuições sobre o tema em estudo são potencializadas com a imersão em pesquisas já realizadas, sendo um trabalho típico de caráter exploratório.

Dessa forma, foram utilizados cinco critérios para coleta de dados: (i) conter a expressão “ONG”/“ONGs” ou “Terceiro Setor” no título; (ii) conter as expressões “Indicadores”, “avaliação de resultados” ou “desempenho” em qualquer parte do trabalho; (iii) não envolver trabalhos cuja análise foi feita em entidades religiosas; (iv) ter sido publicado em português, inglês ou espanhol; e (v) ser uma publicação científica. Esta pesquisa não estabeleceu restrições ao ano de publicação dos artigos.

Os critérios para inclusão foram aplicados sobre as seguintes bases de dados: (i) Periódicos CAPES, (ii) Directory of Open Access Journals (DOAJ), (iii) VOLUNTAS: Revista Internacional de Organizações Voluntárias e Sem Fins Lucrativo, (iv) Revista de estudos e pesquisas avançadas do Terceiro Setor. Isso permitiu, em um primeiro momento, a inclusão de 198 trabalhos que satisfaziam inicialmente os critérios de inclusão. Realizada uma triagem foram descartados os estudos que não apresentavam conteúdos relevantes ao objetivo da pesquisa. Desta forma, restaram 30 publicações para a realização desta revisão sistemática.

3. Resultados

A partir da leitura e análise das publicações selecionadas, foi elaborada uma planilha destinada a organizar as seguintes informações: (i) ano; (ii) título; (iii) autores; (iv) periódico ou base de dados; (v) local onde realizada a pesquisa publicada; (vi) área de publicação; (vii) metodologia aplicada ao estudo. Para classificação das publicações selecionadas em relação à área de publicação, levou-se em consideração a área de conhecimento do periódico.

Após a classificação, as publicações foram analisadas e extraídos os principais resultados. Na sequência, foram relacionadas as percepções e contribuições dos autores, sendo que os conteúdos em síntese se referem a: (i) Publicações de caráter objetivo das avaliações (ii) Publicações de caráter subjetivo das avaliações. O Quadro 1 apresenta uma síntese das publicações, em ordenação cronológica, que foi utilizada para a revisão da literatura. Esse quadro relaciona a origem de cada publicação à área de publicação.

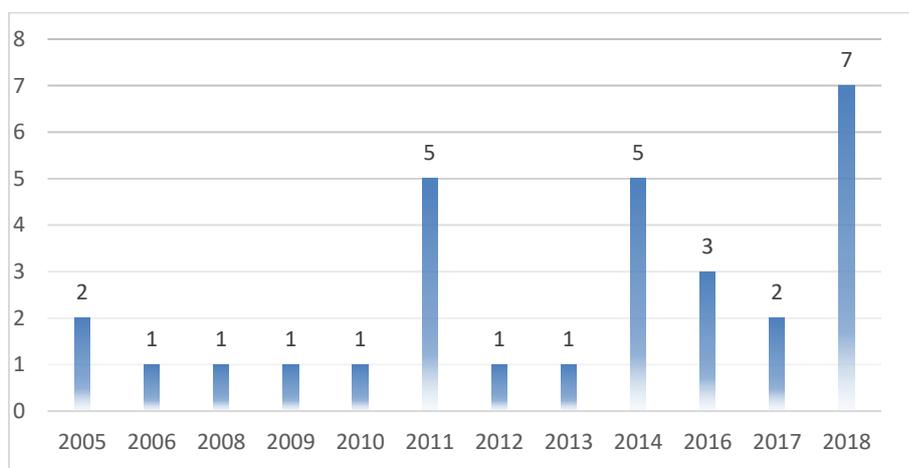
Ano	Autor	País	Área de Publicação
2005	FREGONESI, M. S. A. et al	BRASIL	Ciências Contábeis
2005	MARQUES, D. S. P.; MERLO, E. M.; NAGANO, M. S. A	BRASIL	Gestão Ambiental
2006	AGUIAR, A. B.; MARTINS, G. A.	BRASIL	Ciências Contábeis
2008	HECKERT, C. R.; DA SILVA, M. T.	BRASIL	Administração
2009	CRUZ, J. A. W. et al	BRASIL	Administração
2010	CUNHA, P. R. et al	BRASIL	Ciências Contábeis
2011	COSTA, A. M. M. et al	BRASIL	Saúde Pública
2011	ASSUMPÇÃO, J. J.; CAMPOS, L. M. S.	BRASIL	Administração
2011	GUERRA SILVA, C. E.; AGUIAR, A. C.	BRASIL	Administração
2011	LARSON, B. A.; WAMBUA, N.	USA	Saúde Pública
2011	MURTAZA, N.	USA	Pesquisa do Terceiro Setor
2012	EDWARDS, M. et al	AUSTRÁLIA	Sociologia
2013	BORGES, E. F. et al.	BRASIL	Ciências Contábeis
2014	AGUILÓ, M; MAYAYO, J.; ROBLEDO, I. S.	ESPANHA	Pedagogia Social
2014	SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L.	BRASIL	Administração
2014	GAMBARDELLA, A	BRASIL	Sociologia
2014	SILVA, R. R. et al	BRASIL	Gestão Social
2014	LAGE, J. C.; ARRIZABALAGA, C. E.	ESPANHA	Sociologia
2016	AVILA, L. A. C.; BERTERO, C. O.	BRASIL	Ciências Contábeis
2016	FONSECA, S. M. F. et al	BRASIL	Administração
2016	GRACIA DE CASTRO. J. M.	BRASIL	Direito
2017	BIANCUZZI, M.; VICENTE, V. M. B.	BRASIL	Administração
2017	TIMOTIO, J. G. M.; AUGUSTO EÇA, J. P.; SANTOS JÚNIOR, I. M.	BRASIL	Administração
2018	OLIVEIRA, A. S. e CALLADO, A. A. C.	BRASIL	Administração
2018	BUCHELY, L. F.; HERRERA, N. S.	COLÔMBIA	Sociologia
2018	LUGOBONI, L. F. et al	BRASIL	Administração

2018	BACH-MORTENSEN, A. M.; MONTGOMERY, P.	EUA	Política Social e Intervenção
2018	ENJOLRAS, B.; SIVESIND, K. H.	NORUEGA	Sociologia
2018	COSTA, L. M. et al	BRASIL	Administração
2018	ROCHA JUNIOR, V. M.; GIROLETTI, D. A.; LIMA, R. J. C.	BRASIL	Administração

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 1 – Síntese das publicações no período 2005–2018.

A análise mostra uma ascensão nas publicações a partir do ano de 2011, culminando em 2018 com 7 publicações, o que revela uma produção maior acerca do tema em estudo nos últimos 10 anos, correspondendo a 83,3% do total das publicações, conforme se verifica na Figura 1.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1 – Artigos em função do ano de publicação

Uma das explicações plausíveis para o crescente número de publicações no período apontado, principalmente em periódicos brasileiros, foi o crescimento do número de entidades sem fins lucrativos, chegando ao percentual de 19,7% entre 2006 a 2010, e a disponibilização de fontes de pesquisa como as publicações efetuadas em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA que divulgam estudos sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – Fasfil. (IBGE, 2010). Do total dos estudos coletados, 8 (oito) são de publicações internacionais, sendo três norte-americanas, duas espanholas, uma norueguesa, uma colombiana e uma australiana.

4. Publicações de caráter objetivo das avaliações

A conclusão da revisão sistemática similar à presente pesquisa, elaborada por Salles e Dellagnelo (2014), foi de que havia um paradigma dominante funcionalista/utilitarista nos trabalhos publicados entre 2006 e 2010, sendo que poucas foram os apontamentos críticos abordando a relação de poder e controle sob o qual os agentes avaliados se submetem.

Embora o trabalho de Assumpção e Campos (2011) tenha sido citado como acrítico na pesquisa de Salles e Dellagnelo (2014), é preciso fazer ressalvas à sua categorização como “funcionalista”, pelo menos na publicação objeto de pesquisa no presente artigo, uma vez que

a abordagem traz uma diferenciação quando à imposição e os motivos que fazem uma entidade do Terceiro Setor se prestar a uma diferenciação entre entidades com formação exógena e endógenas (grupos populares), procurando descrever diferentes valores e necessidades dos projetos.

A despeito da ressalva acima, as inquietações constantes no estudo de Salles e Dellagnelo (2014) são pertinentes, uma vez que esse perfil funcionalista persiste nas publicações que abordam a temática aqui estudada. Uma das razões possíveis é o número grande de pesquisas nas áreas de administração e ciência contábeis, sendo que mais da metade dos trabalhos ora analisados provêm de uma das duas referidas áreas. Tal constatação é corroborada por pesquisas realizadas na Europa (ENJOLRAS E SIVESIND, 2018) e Austrália (EDWARDS ET AL, 2012).

Ainda que não seja o foco central deste trabalho esgotar o assunto já desenvolvido por Salles e Dellagnelo (2014), adota-se um critério semelhante aos utilizado pelo referido estudo para exemplificar e confirmar as conclusões lá expostas, destacando o “problema de pesquisa” e o “objetivo principal” das pesquisas provenientes da administração e ciências contábeis aqui analisadas.

Algumas das motivações das pesquisas analisadas têm evidente influência funcionalista, na medida em que conduzem suas abordagens de forma objetivista, predominantemente na área da administração. Os estudos de Timotio, Augusto Eça e Santos Júnior (2017) e Aguiar e Martins (2006) são exemplos claros dessa tendência: o primeiro foca no balanço patrimonial para o desempenho financeiro das entidades, enquanto que o segundo faz a abordagem pelo viés da “estratégia de custos”.

Conforme explicitado no trabalho de Salles e Dellagnelo (2014), desde e o seu início, a teoria organizacional tomou para si a tarefa de identificar a melhor forma de organizar e traçar estratégias que possam definir o perfil da organização em relação às demais. SILVA et al. (2014) dialoga com esse contexto, uma vez que foi constatada a fragilidade da formação dos avaliadores, a falta de senso crítico quanto a utilização ou não de indicadores para uma avaliação. A definição se sobrepõe à própria demanda por avaliações.

Quando o foco da pesquisa fica vinculado apenas às questões organizacionais e econômico-financeiras, os resultados nem sempre são convincentes. Por exemplo, no estudo de Fregonesi et al. (2005) utilizaram-se os seis indicadores propostos pela metodologia o SROI para avaliar o desempenho socioeconômico. Para a surpresa dos autores, considerando a boa imagem que fundação estudada tem perante à comunidade, os resultados mostraram um desempenho bem abaixo do esperado, com todos os indicadores negativos.

A pesquisa elaborada por Fonseca et al. (2016) se propôs a avaliar um projeto social sob dois enfoques: relações internas (organizacional) e de percepção dos beneficiários (eficácia). Em princípio, parece atender a uma certa abrangência avaliativa, mas o modelo de questionamento fechado aplicado permitiu apenas apontar alguma tendência de resultado objetivo. O estudo de Heckert e Silva (2008) aponta que o fator “assistencialista” das ONGs praticamente inviabiliza o peso científico de um dado coletado dos beneficiários, uma vez que dificilmente eles iriam reclamar de algo que lhe é oferecido sem custos.

No estudo de Biancuzzi e Vicente (2017) discute-se a profissionalização para avaliar o modelo de gestão e o grau de alcance de seus objetivos finais de ONGs situadas no município de Ituiutaba-MG. Dentre outros analisados, o indicador de Eficiência de uma gestão levou em

conta os valores aplicados em projetos sociais em relação ao total da receita bruta da organização, sendo puramente um dado quantitativo e utilitarista. Da análise da pesquisa de Cunha et al (2010), percebe-se que o “balanço social” proposto é também uma avaliação da gestão, unindo fatores da contabilidade da empresa e o seu relacionamento social com relação aos seu corpo de trabalhadores e voluntários. Nesse caso, os aspectos endógenos da organização é que são mais focados para que os investidores tenham um panorama da transparência quanto a apresentação de informações econômicas, financeiras e sociais.

Ainda que o objeto de estudo de Lugoboni et al. (2018) tenha sido um sindicato patronal, as análises partem da perspectiva de uma entidade contextualizada no terceiro setor e da necessidade de monitorar o desempenho que acaba gerando subsídios para adoção de “boas práticas de governança”. O termo “competitividade de mercado” é apontada como força motriz para as iniciativas em torno das avaliações de desempenho. Nessa mesma linha de raciocínio o estudo de Avila e Bertero (2016) discute a estruturação de um índice de governança para uma entidade do Terceiro Setor. Os autores ponderam que não há que se falar em uma métrica generalista e que, mesmo se atendo a questões de prestação de contas e transparência, são necessárias adaptações para cada caso.

A pesquisa de Cruz et al. (2010) reforça a necessidade de estabelecer indicadores que se adequem às mais variadas instituições, porém precisam ser considerados como um método complementar de análise de desempenho, apontando a avaliação interna organizacional como ferramenta de “melhor opção de investimento social” para uso dos investidores, públicos e privados. Corroborando com essa assertiva, Lugoboni et al (2018) afirma que o desafio é a construção de indicadores que demonstrem o impacto subjetivo das ações das entidades, uma vez que um indicador de “saúde financeira”, por exemplo, não se mostra suficiente pela própria natureza da organização.

Costa et al. (2018) analisou 19 publicações que também tratam do tema abordado no presente trabalho, observando que a maioria delas tratam apenas de algumas dimensões com uma proposta quantitativa, composta de 32 questões que pretende responder, principalmente, a seguinte questão: “os recursos empregados fornecem o retorno esperado?”. Ainda que a pesquisa aponte a necessidade de aplicação do questionário para os gestores, englobando no mínimo 160 entidades, com a utilização da escala Likert e a validação estatística, não há uma sinalização de qual resultado se espera de uma entidade considerada “bem avaliada”.

Mesmo fora do eixo administração/ciências contábeis, são encontradas pesquisas que têm dinâmica parecida. Considerando que os doadores buscam informações sobre os custos dos programas sociais, principalmente na África, o estudo de Larson e Wambua (2011), publicado no “Journal of the International AIDS Society”, EUA, faz uma abordagem prática de seis etapas que as ONGs podem incorporar nas operações de rotina para avaliar suas custos de implementação de seus programas “OVC” (Crianças órfãs e vulneráveis) anualmente. A metodologia foi aplicada na BIDII (uma ONG queniana) na Província Oriental de Quênia. Ou seja, o estudo aponta para a gestão da ONG como fator de transparência e de respectivo prestígio frente aos apoiadores, sem que se analise o que efetivamente a entidade produz de fator social ou de desenvolvimento local.

Em contrapartida, dentro desse contexto, quatro estudos tangenciaram o “modelo funcionalista” e se dispuseram a analisar outras questões, ora resultados externos e de transformação social como item a ser mensurável, ora discussão de variáveis que influenciam o processo de avaliação. Embora o estudo elaborado por Rocha Junior, Giroletti e Lima (2018)

tenha analisado dados qualitativos, com entrevistas semiestruturadas com beneficiários e educadores, os resultados que tiveram maior destaque foram os provenientes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O segundo estudo é o de Borges et al. (2013) que faz uma análise mais ousada: mensurar o impacto social dos repasses decorrentes do Programa de Educação Fiscal do RN (PEF/RN) às entidades do terceiro setor, tomando por base os indicadores das funções de governo dos municípios domicílios das entidades alcançados pelo programa. A conclusão é de que o auxílio às ONGs, o Estado consegue um resultado mais satisfatório para o programa.

Conforme Guerra Silva e Aguiar (2011) existem influências institucionais na capacidade de implementação de formas de avaliação de resultados das entidades do terceiro setor. O estudo que analisou 1.134 entidades do estado de Minas Gerais concluiu, por exemplo, que as Fundações têm maior probabilidade de promoção de avaliação de seus resultados comparadas com as associações, uma vez que precisam se adequar ao Código Civil, que disciplina aspectos da gestão da entidade, além da obrigatoriedade de se reportarem ao Ministério Público.

Outro fator que tem impacto, segundo o estudo, é a vinculação das entidades aos respectivos Conselhos de Políticas Públicas, pois, geralmente, os financiadores das entidades exigem a presença delas nesses espaços políticos como condição para participar dos Editais. Entretanto, essa última influência apontada pode variar conforme o funcionamento do respectivo Conselho. Por exemplo, no que tange aos Conselhos de direitos das crianças e adolescentes, os critérios de avaliação da entidades são definidos pela própria estrutura do Conselho. (CONANDA, 2010).

Outro estudo que aborda questões influenciam a forma adotada para avaliação das organizações filantrópicas é o de Oliveira e Callado (2018), onde são utilizados critérios estatísticos para relacionar o perfil dos representantes de 43 ONGs com os sistemas de mensuração de desempenho das entidades, bem como as medidas estratégicas adotadas. Segundo o estudo, o perfil do gestor (sexo, idade, escolaridade, tempo na função, por exemplo) influencia na tomada de decisão na hora de avaliar ou não o projeto social e de que maneira fazê-lo.

Na sequência do estudo serão analisadas as contribuições que abordam a temática de uma forma diferente, por vezes, mais crítica, preocupando-se mais com aspectos subjetivos das avaliações de desempenho.

5. Publicações com abordagens subjetivas das avaliações

Diferentes abordagens são encontradas nas pesquisas, principalmente, na área de sociologia, caracterizadas pela avaliação da atuação das entidades do Terceiro Setor, considerando o contexto em que estão inseridas e aspectos subjetivos. Passamos a análise de algumas contribuições e discussões nesse campo de pesquisa.

Buchely e Herrera (2018) abordam a necessidade de avaliação de resultados das ONGs que atuam na defesa de direitos Lgbti na Colômbia, apontando a falta representatividade dessas entidades perante as pessoas que afirmam ser seus beneficiários. Aponta que o que deveria ser um direito para a sociedade civil, acaba sendo “domesticando e despolitizando a ação coletiva” que reforçam o preconceito.

Gambardella (2014) apresenta meios e requisitos para que seja possível construir um modelo de avaliação, reforçando a necessidade de se trabalhar com múltiplos indicadores para uma avaliação mais plural e adequada à realidade local.

Marques, Merlo e Nagano (2005) considera a avaliação uma forma de provar a legitimidade de um projeto social e propõe uma “ferramenta que operacionaliza” a teoria elaborada pelo artigo “Four Criteria of Development NGO Legitimacy” de Iain Atack (1999). A metodologia aplicada considerou quatro critérios de análise (aplicadas em duas ONGs ambientais de SP): Representatividade, Distinção, Efetividade e Empowerment. Esse último critério representa um diferencial na pesquisa com múltiplos “indicadores” de avaliação e tenta mensurar a construção de capacidade das “populações-alvo” das ações das ONGs e como esse processo possibilita “controle direto de suas vidas e das decisões que as afetam”.

Reforçando o caráter mais geral dos estudos sobre avaliação nas entidades filantrópicas, a pesquisa de Murtaza (2011), foca na importância de uma prestação de contas transparente, com resultados, não só para os doadores e governo, mas para a população em si, sendo uma forma de demonstrar a lisura do trabalho.

A pesquisa elaborada por Enjolras e Sivesind (2018) parte da seguinte questão: “Que diferença faz o terceiro setor para a sociedade?” e aborda as liberdades de atuação da sociedade civil como formadora de cultura e de política social em comparação com as possibilidades desses tipos de construções a partir do Estado. A preocupação com a fidedignidade dos dados levantado é compartilhada com o estudo de Costa et al (2011), que aplicou uma metodologia avaliativa com indicadores simples para acompanhar o estado de pacientes que receberam apoio da ONG Refazer.

Uma das metodologias que tende a trazer resultados mais satisfatórios para descobrir se há impacto das entidades do Terceiro Setor na sociedade, parte de uma análise contrafactual, onde se questiona: “O que teria acontecido sem a atividade de entidades do terceiro setor?”. Partindo dessa premissa, a mensuração do tamanho do envolvimento de uma entidade específica com a sociedade em geral pode dar indícios de sua importância (ou não) (ENJOLRAS E SIVESIND, 2018)

A pesquisa australiana elaborada por Edwards et al. (2012) vai ao encontro dessas conclusões e indica que as avaliações centradas nas questões mais subjetivas precisam ser melhores desenvolvidas para demonstração da diferença que fazem na sociedade. Ao analisar o impacto social de um programa amplo: o Surf Life Saving Australia (SLS) se constata que a tarefa de mensurar resultados dessas entidades é de longe muito controversa e que muitos autores são céticos quanto ao estabelecimento de uma métrica genérica de ampla aplicação. Uma das principais conclusões a que chegam os pesquisadores é que a avaliação de um projeto social deve ser multifacetada e não linear, devendo considerar as interatividades que são fomentadas a partir da existência e manutenção do projeto dentro da comunidade.

6. Considerações finais

Este artigo apresentou uma revisão sistemática de publicações sobre as variáveis e implicações da mensuração de resultados das entidades que compõem o denominado “Terceiro Setor”. Para tanto, foram selecionadas 30 publicações a partir da busca nas bases dos Periódicos CAPES, Directory of Open Access Journals (DOAJ), VOLUNTAS: Revista Internacional de Organizações Voluntárias e Sem Fins Lucrativo, Revista de estudos e

pesquisas avançadas do Terceiro Setor e Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL).

A análise revelou que 73% das publicações são provenientes de estudos realizados no Brasil e o restante (27%) provenientes dos EUA, Espanha, Austrália, Colômbia e Noruega. Dos estudos nacionais, observou-se uma preponderância de pesquisas realizadas nos estados da região sudeste, que somaram 85% do total.

O estudo permitiu constatar uma característica de interdisciplinaridade entre as publicações coletadas, uma vez que foram analisados estudos provenientes de diversas áreas do conhecimento. Observou-se, assim, o importante destaque das publicações na área da administração focadas nas influências dos modelos de gestão nos processos de avaliação dessas entidades.

Adentrando especificamente nas discussões abordadas nas referidas contribuições, foi possível constatar uma predominância de pesquisas baseadas em fatores objetivos. A presente revisão sistemática prestou-se também para ampliar a análise feita por Salles e Dellagnelo (2014), considerando que os estudos apoiados em critérios funcionalistas permeiam as produções não só da área da administração, mas das ciências contábeis: em 63% das 19 publicações do eixo administração/ciências contábeis foram identificadas linhas de pesquisa que atendiam ao critério exposto por Salles e Dellagnelo (2014) que caracteriza o estudo como funcionalista a partir do problema de pesquisa e o objetivo principal.

Por fim, foram agrupadas as publicações que abordaram a avaliação de desempenho sob aspectos subjetivos, em menor número se comparadas às pesquisas que se debruçaram sobre medidas de impacto econômico, ou bem-estar econômico, baseados em seu valor monetário. Conclui-se, portanto, que parte dessa assimetria é resultante da dificuldade de mensurar os aspectos que estão além do valor monetário real. Apontar os efetivos resultados das intervenções do Terceiro Setor não é uma tarefa fácil. A pesquisa mostra que há um campo de pesquisa a ser melhor desenvolvido e observado com outros enfoques, principalmente, focando no desenvolvimento de pessoas.

Referências

AGUIAR, A.; MARTINS, G. A teoria das estruturas organizacionais de Mintzberg e a gestão estratégica de custos: um estudo nas ONGs paulistas. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, Edição comemorativa, p. 51-64, 2006.

AGUILÓ, Mario; MAYAYO, Jordi Longás; ROBLEDO, Irene Saavedra. Los sistemas de autorregulación ética en las organizaciones no gubernamentales (ONG). **Pedagogia Social Revista Interuniversitaria**, [s.l.], n. 24, p.253-279, 2014.

ASSUMPÇÃO, J. J.; CAMPOS, L. M. S. Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 2011.

ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; BERTERO, Carlos Osmar. Governança no terceiro setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 59, p.125-144, 2016.

BACH-MORTENSEN, Anders Malthe; MONTGOMERY, Paul. What are the barriers and facilitators for third sector organisations (non-profits) to evaluate their services? A systematic

review. **Systematic Reviews**. [s.l.], v. 7, n. 1, p.2-15, 2018.

BIANCUZZI, M; VICTOR, M. B. V. Análise do desempenho organizacional das organizações não governamentais no município de Ituiutaba/MG. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**. Brasília, V. 4, nº 2, p. 477-503, 2017.

BORGES, E. F. et al. Educação Fiscal, Terceiro Setor e Funções De Governo: Uma Análise da Influência do Programa de Educação Fiscal do RN nos Indicadores das Funções de Governo dos Municípios. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. Campina Grande, v. 3, n. 4, p. 39-61, 2013.

BORGES, E. F.; MATIAS-PEREIRA, J.; BORGES, G. M. C.; SILVA, J. J. Educação Fiscal, Terceiro Setor e Funções De Governo: Uma Análise da Influência do Programa de Educação Fiscal do RN nos Indicadores das Funções de Governo dos Municípios. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v. 3, n. 4, p. 39-61, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Resolução CONANDA nº 137**, de 21 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/137-resolucao-137-de-21-de-janeiro-de-2010/at_download/file>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BUCHELY, Lina Fernanda; HERRERA, Natalia Salas. Trans-Neoliberalism? A Critical Reading of Colombian LGTBI NGOs and Trans Women’s Rights Activism. **Desafíos**. [s.l.], v. 31, n. 1, p.45-81, 2019.

CASTRO, Julia Maria Gracia de. Apontamentos sobre a adoção das boas práticas de governança nas organizações do Terceiro Setor. Importância da adoção de um programa de compliance efetivo, à luz da Lei n. 12.846/2015. **Revista Quaestio Iuris**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.1012-1030, 2016.

COSTA A. M. M. et al. Avaliação de impacto da ONG Refazer no tratamento médico de crianças em risco social. **Revista Panam Salud Publica**. Washington, v. 30, n. 3, p. 231–239, 2011.

COSTA, L. M. et al. Avaliação de desempenho em organizações do terceiro setor: uma proposta de indicadores baseada na revisão sistemática da literatura sobre o tema. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**. Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 109-135, 2018.

CRUZ, J. A. W. et al. Performance no terceiro setor – uma abordagem de accountability: estudo de caso em uma organização não governamental brasileira. **Revista de Administração UFSM**. Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 58-75, 2010.

CRUZ, J. A. W.; STADLER, H.; MARTINS, T. S.; ROCHA, D. T. Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts. **Revista Brasileira de Estratégia**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 11-26, 2009.

CUNHA, P. R.; MASOTTI, F. G.; SANTOS, V. D.; BEUREN, I. M. Balanço social no terceiro setor: análise do nível de adesão ao modelo IBASE de uma organização hospitalar. **Enfoque Reflexão Contábil**. Curitiba, v. 29, n. 3, p. 76-93, 2010.

EDWARDS, M. et al. Meso level Social Impact: Meaningful Indicators of Community Contribution. **Cosmopolitan Civil Societies**. Sydney, v. 4, n. 3, 2012.

ENJOLRAS, Bernard; SIVESIND, Karl Henrik. The Roles and Impacts of the Third Sector in Europe. **The Third Sector As A Renewable Resource For Europe**. [s.l.], p.95-124, 2018.

FONSECA, Camila Mose Ferreira da; OLIVEIRA, Andreia Ferreira de; RODRIGUES, Maria Cecilia Prates. Avaliação de projeto social em organização do terceiro setor. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 1184-1200, 2016.

FREGONESI, M. S. A. et al. Metodologia sroi: uma proposta para cálculo do valor socioeconômico das organizações do terceiro setor. **Revista de Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 8, n. 2, p. 239-266, 2005.

GAMBARDELLA, A. Avaliação de projetos em organizações do terceiro setor. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 2, p. 120-137, 2014.

Gil, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2007.

HECKERT, C. R.; DA SILVA, M. T. Qualidade de serviços nas organizações do terceiro setor. **Produção**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 319-330, 2008.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

LAGE, Javier Corral; ARRIZABALAGA, Crisanta Elechiguerra. Razones por las que se demanda una necesidad de transparencia en las entidades no lucrativas: estudio empírico. **Harvard Deusto Business Research**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.47-61, 2014.

LARSON, B. A.; WAMBUA, N. How to calculate the annual costs of NGOimplemented programmes to support orphans and vulnerable children: a six-step approach. **Journal of the International AIDS Society**. Boston, p. 14-59, 2011.

LUGOBONI, Leonardo Fabris et al. Indicadores de desempenho como ferramenta de gestão no terceiro setor: um caso prático aplicado a um sindicato patronal. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. Joaçaba, v. 17, n. 2, p. 732-756, 2018.

MARQUES, D. S. P.; MERLO, E. M.; NAGANO, M. S. A questão da avaliação da legitimidade de ONGs. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 67-84, abr./jun. 2005.

MURTAZA, N. Putting the Lasts First: The Case for Community-Focused and Peer-Managed NGO Accountability Mechanisms. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**. Bruxelas, v. 23, p. 109-125, 2012.

OLIVEIRA, A. S. e CALLADO, A. A. C. O perfil dos representantes de organizações não governamentais (ongs) brasileiras é relacionado com a utilização de práticas gerenciais de mensuração de desempenho? **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 4, n. 6, p. 2855-2875, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA JUNIOR, V. M.; GIROLETTI, D. A.; LIMA, R. J. C. Projeto ser criança: avaliação e resultados. **Revista de gestão e projetos**. [s.l.], v. 9, n. 1, p. 130-147, 2018.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: Aprendendo a valorizar as mudanças. 2 ed. Sao Paulo: Cortez/ABONG, 2002.

SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L. Avaliação em organizações do terceiro setor: uma análise do paradigma científico dominante em produções acadêmicas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 219-239, 2014.

SILVA, Ana Maria Viegas da. **Organizações da sociedade civil do terceiro setor no século XXI**. Brasília: Editora Kiron, 2018.

SILVA, C. E. G.; AGUIAR, A. C. Avaliação de Atividades no Terceiro Setor de Belo Horizonte: da racionalidade subjacente às influências institucionais. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 56, p. 35-56, 2011.

SILVA, R. R.; OTERO, M. R.; BRANDÃO, D. B.; BARBOZA, M. Avaliação em organizações da sociedade civil: dispositivos para gestão social. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 201-216, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o Terceiro Setor, o espectro do mercado**: ensaios de gestão social. 2ª ed., Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

TIMOTIO, J. G. M.; EÇA, J. P. A.; JÚNIOR, I. M. S. Avaliação de desempenho no terceiro setor: um estudo de caso da ong cpcd. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**. Brasília, V. 4, nº 2, p. 412-428, 2017.